

18

2 0 1 8

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MENDES, António Moncada S. (2017), *Aristides de Sousa Mendes - Memórias de um Neto*. Porto Salvo: Edições Desassossego - Editora Saída de Emergência, 348 pp., ISBN: 978.989.99875-4-6.

Foi recentemente editado o livro *Aristides de Sousa Mendes - Memórias de um Neto*. Esta obra, além da introdução, da conclusão e do anexo documental, está estruturada em dez capítulos. Todavia, o autor “esqueceu-se” de transpor para o índice o título de cada capítulo e seus subcapítulos. Ao invés, o tom intimista e o ineditismo atravessam todo o texto, particularmente o capítulo IV. O autor escreve bem. Apenas um reparo: tropeça-se, com alguma frequência, em lapsos de aplicação das regras de pontuação. Não elenca as referências bibliográficas, mas vai indicando as fontes, de diversos tipos, no decurso do texto.

Em relação às biografias publicadas, às duas teses de doutoramento e a tudo o que se escreveu e se filmou sobre o cônsul de Bordéus, esta obra traz de novo o resultado de amplas informações orais, colhidas pelo autor junto dos numerosos familiares, de amigos e de pessoas a quem o seu avô salvou a vida, bem como do importante espólio fotográfico e documental existente na Casa do Passal, do avô paterno, em Cabanas de Viriato (Carregal do Sal), e, principalmente, no palacete da Quinta Alpoim (Mangualde) que viria a ser a casa de família do avô materno, César de Sousa Mendes, irmão gêmeo de Aristides.

Os gêmeos concorreram à carreira diplomática. Em 12 de maio de 1910, Aristides foi nomeado cônsul na cidade de Demerara, Guiana Britânica. Depois, foi cônsul em Zanzibar (1911-1918), Curitiba (1918-1919), S. Francisco (1921-1924), S. Luís do Maranhão (abril de 1924 ...), Porto Alegre (1924-1926), Vigo (1927-1929), Antuérpia (1929-1938) e Bordéus (1938-1940).

Algum tempo depois de tomar posse do consulado de Vigo, Aristides foi chamado a Lisboa, com urgência, para tratar de um assunto “discreto e delicado”. Ao volante do seu “espaçoso e resistente” Ford que comportava 17 pessoas (ver foto na p. 118), o cônsul, a esposa Angelina (Gigi), a fiel empregada “Borges” e os 11 filhos rumaram à capital. Tratava-se de levar sigilosamente a irmã Lúcia do Convento das Carmelitas de Coimbra para o Convento das Doroteias de Tui (em cuja escola as filhas estudavam). Nas proximidades da fronteira luso-galega, aconteceram duas situações que, só por milagre, não desfizeram o carro e não puseram fim à vida dos ocupantes, graças à presença da irmã Lúcia.

Mas os milagres não tinham acabado. A filha mais nova de Aristides e Angelina, Teresinha, com tumores no corpo, sofreu, durante três meses, dores horríveis, com febre intensa e delírio. Certa manhã, Clotilde, Isabel e Joana, banhadas em lágrimas, entregaram à irmã Lúcia um «bilhetinho». No final das aulas, a vidente de Fátima disse-lhes: «Vão para casa e tenham fé. Amanhã a vossa irmãzinha estará curada». E assim sucedeu. Na manhã seguinte, Teresinha acordou com o corpo imaculado. Os dois médicos que a tinham assistido, estupefactos, não vislumbraram explicação para tal “milagre”.

A Vigo, seguiu-se Antuérpia (1929-1938). No início da Segunda Grande Guerra, vamos encontrar Aristides de Sousa Mendes, cônsul em Bordéus. Em maio/junho de 1940, as forças armadas alemãs invadiram e bombardearam a Holanda a Bélgica, o Luxemburgo e o norte da França. No dia 14 de junho, Hitler entrou em Paris e subiu à Torre Eiffel para assistir ao desfile da vitória. Multidões de pessoas fugiam da guerra, em debandada, rumo ao sul, à cidade de Bordéus. As ruas que conduziam ao consulado português ficaram apinhadas de gente, aguardando o “visto” para Portugal. O cônsul Aristides passou, sem descanso, “visto” a todos os que o solicitaram. Deste modo, salvou a vida ou do internamento nos campos de concentração nazis, a cerca de 30.000 pessoas, contra os ditames de Salazar, expressos na célebre e inconstitucional circular 14 (Anexo 2). Nela se proibia a passagem de vistos, aos russos, aos judeus, aos apátridas e aos de nacionalidade indefinida.

Perante o tremendo dilema, entre a obediência e a sua consciência, que lhe fez passar noites de insónia e que tanto preocupou Angelina, Aristides repetiu o que dissera, ao receber a malfadada circular, desabafando com a esposa: - «Não participo em chacinas, por isso desobedeço a Salazar». As consequências não se fizeram esperar. O cônsul de Bordéus foi condenado à pena de “aposentação compulsiva” (situação não prevista na lei). Entretanto, Salazar não teve pejo em se apropriar dos elogiosos louvores, expressos pelos países aliados e por outros, face ao generoso acolhimento de Portugal a tantos refugiados da guerra.

O cônsul de Bordéus não se conformou com a pena que lhe foi aplicada. Escreveu ao Presidente da Assembleia Nacional (Anexo 7) e, 3 meses depois, entregou em mão uma carta a cada um dos 120 deputados, onde invocava a inconstitucionalidade da circular 14. Enviou uma carta ao Presidente da República, Óscar Carmona. Endereçou duas cartas ao papa Pio XII (Anexos 8 e 9). Idêntica missiva remeteu ao cardinal patriarca de Lisboa, António Cerejeira, do qual, finalmente, obteve resposta: “... que se dirigisse a Fátima e aí rezasse pela intercessão de Nossa Senhora”.

Após a sua morte, em 3 de abril de 1954, a memória do cônsul de Bordéus ficou retida na masmorra arquivística da PIDE, à espera da sua hora.

Ninguém ousava recordar o seu nome ou a sua “epopeia”. Os seus filhos, os netos e outros familiares passaram a constar da “lista negra” do regime. Embarcaram para os Estados Unidos e para o Canadá e aí foram evocando e divulgando a memória de Aristides, com particular empenho da filha Joana, cognominada pelos familiares “a teimosa”. Aí foram contactando com muitos daqueles a quem o cônsul de Bordéus salvara a vida.

Convirá não deixar no “rol do esquecimento” que, em 16 de novembro de 1954 (mais de sete meses depois do falecimento de Aristides), Salazar enviou para Mangualde, endereçado ao gémeo César, um cartão pessoal de “melhores pezames” (ver imagem da p. 275). Peso na consciência?

Implantada a Terceira República, em 1974, seria de esperar que “o caso Sousa Mendes” tivesse rápida resolução. Mas foi preciso esperar 14 anos. Pelas mãos de Jaime Gama, o assunto foi levado à Assembleia da República que, em 18 de março de 1988, aprovou, por unanimidade e aclamação, a reintegração, a título póstumo, de Aristides de Sousa Mendes, na Carreira Diplomática, com o grau de embaixador. Foi ainda por sugestão de Jaime Gama que foi criada, em 23 de fevereiro de 2000, a Fundação Aristides de Sousa Mendes, com o objetivo primeiro de comprar e restaurar a Casa do Passal (tinha sido vendida).

O nº 14 é simbólico na vida de Aristides de Sousa Mendes: do seu casamento com Angelina teve 14 filhos; Quai Louis XVIII, nº 14, foi a morada da família, em Bordéus; em 14 de junho de 1940, Hitler entrou vitorioso em Paris; serviu os primeiros 14 anos da ditatorial Segunda República (1926-1940); a circular 14 ditou o fim da sua carreira diplomática; faleceu em 3 de abril de 1954, 14 anos depois da “crise dos vistos”; só em 1988, 14 anos após a instauração da Terceira República, foi formalmente reabilitado e reintegrado, a título póstumo, na carreira diplomática. Terá sido por acaso que o autor incluiu, no final do livro, 14 anexos documentais?

Vamos concluir. Todo o leitor encontrará neste livro informação importante e apaixonante sobre o “cônsul de Bordéus”. Os que já estão documentados a este respeito, vão deparar-se com novidades que, certamente, não suspeitavam. Os que nunca ouviram falar ou nada leram sobre Aristides de Sousa Mendes têm, nesta obra, os elementos necessários e suficientes para obterem um conhecimento globalizante a seu respeito. Porque estamos perante as *Memórias de um Neto*, perpassa pelas 368 páginas do livro o tom intimista (insistimos, uma vez mais) que adorna o prazer da sua leitura.

JOSÉ MANUEL AZEVEDO E SILVA
CHSC – U. Coimbra
jazevedosilva@gmail.com